

**ATA**

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador André Coelho Lima** – Referiu a resposta constante do ofício do gabinete do Ministro das Finanças sobre a isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) dos prédios dos centros históricos classificados, respondendo a uma questão sobre o assunto colocada pelo grupo parlamentar Os Verdes, que vem para conhecimento nesta reunião de Câmara. Concretizou, referindo pequenos textos constantes da pergunta formulada por aquele grupo parlamentar bem como da resposta do Ministério das Finanças, que, em suma, mantém a posição assumida anteriormente, designadamente, sugerindo que só os prédios classificados individualmente estavam isentos. Recordou as posições públicas que os autarcas tomaram ao tempo do Governo anterior. Recordou também a posição pública do Secretário de

Estado das Autarquias Locais que acaba por ser agora contraditada e que foi tornada pública pelo Presidente da Câmara, segundo a qual os prédios integrados nos centros históricos incluídos na lista do Património Mundial pela UNESCO beneficiam da isenção da taxa de IMI. Finalmente recordou uma proposta apresentada pela Coligação do PSD-CDS/PP e rejeitada em reunião de Câmara de 17 de abril de 2014 da qual leu, em voz alta, o seguinte extrato: *“Mais do que discutir a justeza ou não da interpretação que tem vindo a ser seguida pela Fazenda Pública, cada município tem na sua mão a possibilidade de reverter esta situação para futuro através da classificação como de interesse municipal de cada um dos prédios que até aqui beneficiavam da isenção de IMI.”* -----

**2. Vereador Ricardo Araújo – a)** - Referiu a situação que tem motivado queixas dos moradores da rua das Lameiras devido ao impacto que as Oficinas da Câmara causam, perguntando se a Câmara estava a estudar soluções para minimizar este impacto. Referiu também o aparente desconhecimento da Junta de Freguesia, designadamente aquando do processo de instalação destes serviços; **b)** - Referindo-se à visita do Ministro da Cultura a Guimarães, perguntou se havia resultados objetivos, designadamente se há já compromissos do Governo para apoiar os equipamentos culturais. Depois das explicações dadas pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador José Bastos, disse que até agora nada se tinha alterado em relação aos apoios. -----

**3. Vereador José Manuel Torcato – a)** - Comentou também a questão do IMI, referindo que existe contradição, designadamente por haver já decisões judiciais noutro sentido; **b)** - Recordou uma situação ocorrida em 2012, que motivou uma atitude de um proprietário em Brito que destruiu uma via que estava a ser construída pela Junta de Freguesia para acesso ao edifício



degradado conhecido por carreira de tiro e que foi transformado num espaço cultural renovado, agora designado por Edifício dos Espaços Criativos. Lembrou, ainda, a intervenção do então Vereador responsável pelo Departamento de Obras Municipais e agora Presidente da Câmara ao afirmar conhecer a litigância entre o proprietário e a Junta de Freguesia, num diferendo que iria prosseguir no Tribunal. Continuou, referindo que agora, de acordo com decisão do Tribunal, verifica-se que o proprietário tinha razão pelo que perguntou quais os valores que estão em causa, designadamente quanto se gastou naquela obra. -----

**4. Presidente da Câmara – a)** - Sobre a questão do IMI disse que a interpretação dos Municípios de Guimarães, Porto e Évora, tal como do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, é no sentido de que os edifícios situados em zona classificada como Património Mundial estão isentos de IMI. Disse, ainda, que esta matéria tem sido muito analisada no âmbito dos Tribunais que têm vindo a dar razão aos proprietários no sentido dessa isenção. Referiu a posição do Secretário de Estado das Autarquias Locais segundo a qual os prédios integrados nos centros históricos incluídos na lista do Património Mundial pela UNESCO beneficiam da isenção da taxa de IMI. Relativamente ao ofício do qual foi dado conhecimento nesta reunião aos Senhores Vereadores referiu haver uma analogia que não é de todo possível considerar ao mesmo nível, designadamente quando é referida, a título de exemplo, a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da UNESCO, uma área natural que não se assemelha a um edificado no centro histórico. Disse que é necessária uma alteração legislativa para resolver esta questão, pelo que pretende, junto com os Presidentes das Câmaras do Porto e de Évora, reunir com o Ministro das Finanças, dando-lhe a conhecer a sua posição e

argumentação, sustentando que os edifícios valem pelo seu conjunto e não pela sua individualidade; **b)** - Sobre a visita do Ministro da Cultura, referiu a reunião efetuada e a atenção muito especial dada por aquele Governante aos equipamentos culturais, o diálogo aberto com os agentes culturais, a expressão do seu contentamento pelo conjunto de equipamentos culturais e a aceitação da plataforma conjunta de gestão destes equipamentos num modelo a definir, comprometendo-se, em suma, a trabalhar em conjunto tendo em vista um apoio financeiro a Guimarães; **c)** - Sobre o acesso ao edifício dos Espaços Criativos, na freguesia de Brito, disse conhecer que a decisão do Tribunal era favorável ao proprietário. Quanto ao valor total dos trabalhos executados na via em causa, disse que iria obter essa informação junto do Executivo da Freguesia de Brito. -----

**5. Vereador Amadeu Portilha** – Sobre a questão das Oficinas da Câmara, começou por referir as excelentes condições em que hoje estão os trabalhadores da Câmara afetos a estes serviços municipais. Continuou, dizendo que o problema vai ser resolvido com a construção de um novo acesso, cujo terreno está em negociação para ser adquirido. Disse, também, que já reuniu com o Presidente da Junta e mesmo com os moradores explicando esta solução. Referiu que havia um período da noite que é mais crítico, com o regresso das viaturas de recolha do lixo. -----

**6. Vereador José Bastos** – Sobre a visita do Ministro da Cultura, disse que este Governo tem uma atitude completamente distinta do que era habitual nos últimos anos, concretamente ao nível da atenção a uma reivindicação antiga deste executivo relativamente ao apoio ao projeto cultural. Disse, ainda, que o discurso e o paradigma alterou-se, havendo uma posição clara sobre o que o Governo entende como metodologia de trabalho para apoio aos



equipamentos culturais e, particularmente, um reconhecimento do trabalho que a este nível é feito em Guimarães. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara se realizará, em princípio, no dia 1 de setembro, no mesmo local e à mesma hora, em virtude do período de férias, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 7 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, à Vimaranes – Cooperativa de Habitação e Construção de Guimarães, CRL, de uma parcela de terreno com a área de 4.182 m<sup>2</sup>, sito na Rua de Fermiz, freguesia de Moreira de Cónegos, pelo preço de €62.402,09, destinado à **ampliação da Escola Básica de Vermis, Moreira de Cónegos.** -----

**2.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 15 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, à Sociedade Maria de Fátima Pereira Unipessoal, Lda., de três parcelas de terreno, com a área total de 21.843,00 m<sup>2</sup>, situadas no Lugar de Lameiros, da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, necessárias à **criação do parque de lazer de Sande Vila Nova.**

**3.** Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 12 de julho de 2016, que concordou com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais relativa ao suprimento de erros e omissões na empreitada designada por **Ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil.** -----

**4.** Do Balanço do Fundo Guimarães – **FINICIA** – Soluções Financeiras para Pequenas Empresas – 2014/2015, que se dá aqui

por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.-

**5.** Do ofício do Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças relativamente à pergunta n.º 1710/XII/1.<sup>a</sup> formulada pelos Deputados Heloísa Apolónia (PEV) e José Luís Ferreira (PEV) sobre a isenção de IMI dos imóveis situados nos centros históricos classificados como Património da Humanidade, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE LOUVOR** - “Nas últimas semanas o nosso país vibrou com um conjunto de resultados desportivos excecionais, em várias modalidades, destacando-se a circunstância de, em muitas dessas conquistas, participarem atletas naturais de Guimarães, o que naturalmente a todos nos enche de orgulho e vaidade. Estes feitos desportivos de grande relevância dos nossos atletas não podem passar despercebidos junto da comunidade vimaranense, à qual orgulhosamente pertencem, pelo que se propõe que sejam atribuídos os seguintes Votos de Louvor: - Aos cinco atletas vimaranenses que vão representar Guimarães na maior competição desportiva do mundo, os Jogos Olímpicos do Rio 2016: João Sousa (na competição de ténis), Ricardo Ribas (na prova da maratona), Rui Bragança (na competição de taekwondo), Dulce Félix (na prova da maratona) e que recentemente se sagrou vice-campeã europeia em 10.000 metros e campeã da europa por equipas na Meia Maratona e José Mendes (na competição de ciclismo) e que também recentemente se sagrou campeão nacional de ciclismo de estrada, na categoria de elites. - Ao futebolista Adelino André Vieira Freitas, conhecido no mundo do futebol por Vieirinha, um



dos 23 magníficos que conquistou, pela primeira vez na história do desporto nacional, o título de Campeão Europeu de futebol, disputado em França. - Aos atletas da Cercigui/Vitória SC, Nélson Silva e Susana Castro que, em representação da seleção de Portugal nos Jogos Mundiais da Trissomia, em Florença (Itália) conquistaram, respetivamente, a medalha de ouro na estafeta 4x100 masculinos (com novo recorde do mundo) e a medalha de prata no judo (categoria -60kg) e a medalha de prata na estafeta 4x100 e 4x400 metros femininos e a medalha de ouro no judo (categoria -63kg). - Aos atletas universitários Agostinho de Castro Oliveira Soares (curso de Ciência Política), Gil Cristiano Guimarães de Castro (curso Engenharia e Gestão Industrial) e João Pedro Lourenço Ferreira (curso de Engenharia Civil), que integraram a equipa de futebol da Universidade do Minho representante de Portugal nos Jogos Universitários Europeus, disputados na Croácia, e que se sagraram recentemente campeões europeus. - Aos atletas do clube vimaranense de rope skipping, "Os Molinhas", que obtiveram recentemente, nos Mundiais da modalidade, disputados em Braga, 12 medalhas de ouro, 13 medalhas de prata e 9 de bronze nos doze tipos de provas disputadas, em vários escalões etários e categorias, para além de dois troféus de segundo classificado e um de terceiro lugar no "Grand Championship", final que reúne os melhores oito classificados de cada uma dessas 12 provas, independentemente do escalão em que competem (quatro saltadores com menos de 14 anos e outros quatro acima dessa idade). - À atleta vimaranense Marta Branco, de 15 anos, que conquistou no passado domingo, no Jamor, o título de Campeã Nacional de Cross Country Olímpico (XCO), na categoria de juniores." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2016.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Ricardo Costa e André Coelho Lima não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA**

**– COSTA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 23 de abril de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 16 de março de 2016, foram aprovados os valores relativos à repartição de encargos da obra em epígrafe - rubrica 2.5.2.38 - da seguinte forma: - ano de 2016 – €1.000.000,00 + IVA; - ano de 2017 – €2.200.000,00 + IVA. Entretanto, foi promovido o correspondente procedimento que se encontra em fase de adjudicação. Assim, com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Costeira – Engenharia e Construção, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 25/07/2016, pelo preço de €3.588.126,15 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, submeto à consideração superior a aprovação da seguinte repartição de encargos: - ano de 2016 – €784.451,77 + IVA; - ano de 2017 – €2.803.674,38+ IVA. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA**

**– COSTA – ADJUDICAÇÃO** - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “Costeira – Engenharia e Construção, S.A.”, pelo preço



de €3.588.126,15 + IVA, sendo o prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE RESTAURO E CONSERVAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA EB1 DE BRITEIROS S. SALVADOR PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA UNIÃO DE FREGUESIAS –**

Presente a seguinte proposta: "A União de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia pretende executar obras de restauro e conservação no edifício da antiga EB1 de Briteiros S. Salvador, para a instalação da sua sede, tendo em conta a mau estado geral do edifício, decorrente das sucessivas derrocadas do telhado e das janelas e portas de madeira completamente apodrecidas. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local, estimando-se uma despesa no valor de €26.420,09 (IVA incluído), de acordo com a quantificação em anexo. Assim, consciente da necessidade dos trabalhos em causa, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à União de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €26.420,09, destinado a financiar as obras de restauro e conservação no edifício da antiga EB1 de Briteiros S. Salvador, para instalação da sede da União de Freguesias, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras

Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE BARCO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Barco solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças que frequentam o ATL, nos dias 13 e 19 de Julho, às piscinas das Taipas. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, inserida na programação do ATL de verão da junta de freguesia, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 06 de Julho de 2016, deferi o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE NESPEREIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta: “Considerando a pretensão da Junta de Freguesia de Nespereira para a instalação de um Parque Infantil no Parque de Lazer da Arrochela, e de acordo com as opções do Município para a instalação destes equipamentos, considerando a importância que assumem para as crianças e os pais nos locais apropriados, como é o caso do parque de lazer referido, propõe-se a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Nespereira, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros), para apoiar a construção e a instalação do mesmo. Assim, ao abrigo da alínea j, do nº1, do Art. 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, propõe-se que o executivo camarário delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação do respetivo apoio.”



**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO - REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA LIBERDADE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A

Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a reformulação e requalificação do parque infantil da Liberdade, através da substituição dos equipamentos desportivos ali instalados, de forma a cumprir as condições de segurança constantes da legislação em vigor, aplicável a este tipo de espaço de jogo e recreio. Nesta sequência, a Divisão de Cultura e Desporto efetuou o levantamento dos trabalhos e identificou os equipamentos necessários para o efeito, estimando um investimento total de €16.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta as condições de segurança dos seus utilizadores e o interesse público do equipamento para a freguesia, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Selho S. Cristóvão, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 20.787,00 destinado a financiar a execução da obra de requalificação do Parque Infantil da Liberdade, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte da Divisão de Cultura e Desporto.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**URBANISMO – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ÀREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE - RUA D. JOÃO I À ZONA DE COUROS** – Presente a seguinte

informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento: "Refere-se a presente informação técnica à área de reabilitação urbana (ARU) denominada "área de reabilitação urbana do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros" e à sua consequente operação de reabilitação urbana (ORU). Na sequência da delimitação da ARU mencionada, e tal como, quer na legislação em vigor, quer mencionado na informação técnica de abril '15 (submissão da delimitação da ARU ao Órgão Executivo), procedeu-se à elaboração da denominada operação de reabilitação urbana – sistemática, por instrumento próprio cuja entidade gestora será a própria Câmara Municipal – a qual constitui um programa estratégico de atuação sobre a área territorial em causa, definindo prioridades e investimentos, critérios e princípios de atuação, objetivos e metodologia, potenciadora de uma materialização territorial de reabilitação urbana coerente e eficaz. Assim sendo, e encontrando-se a mesma operação de reabilitação urbana elaborada e em consonância com os objetivos e termos definidos no ato de delimitação da ARU, em função das disposições legais do regime jurídico de reabilitação urbana, considera-se reunidas as condições para submissão ao Órgão Executivo deliberar sobre a mesma operação de reabilitação urbana. Refere-se ainda que: 1. Caso aprovada a presente ORU, e nos termos legais fixados, a mesma deverá ser remetida a parecer não vinculativo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. bem como sujeita a discussão pública nos iguais termos definidos no decreto-lei 380/99 (e suas alterações e republicações) aplicáveis aos planos de pormenor – anúncio de discussão pública com antecedência mínima de 5 dias e duração mínima de discussão pública de 20 dias; 2. Posterior e independentemente da participação pública e eventuais alterações a produzir, a ORU



deverá ser aprovada em sede de Assembleia Municipal e publicada em diário da república. Em anexo, junta-se documento relativo à ORU em causa.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS OS PROCEDIMENTOS CONSTANTES DO PONTO 1. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE BENS – 1.800.000 LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL – ADJUDICAÇÃO** - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, que se anexa, propondo a adjudicação ao concorrente “Gaspe, Combustíveis, Lda.”, pelo preço contratual de €1.350.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%). O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – COMODATO – TERRENO NA RUA DA ESCOLA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE** – Presente a seguinte informação: “A União das Freguesias de Atães e Rendufe vem solicitar a cedência, em regime de comodato, de um terreno situado na rua da Escola, da anterior freguesia de Atães, a fim de ali construir um ringue/espço polidesportivo. O referido terreno, com a área de 2.300m<sup>2</sup>, foi doado ao Município por escritura de 11 de setembro de 1987, com a finalidade de ali ser construído um pavilhão polivalente, encontrando-se descrito na Conservatória dos Registos Predial Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 135/Atães e inscrito na matriz urbana da União das Freguesias de Atães e Rendufe sob o artigo 377. De acordo com informação jurídica é viável a cedência do terreno para o efeito pretendido,

desde que se salvguarde uma área substancial para futura construção do pavilhão desportivo, ou então que seja garantida pela União das Freguesias a possibilidade de conversão do ringue em pavilhão caso se venha a verificar pelo Município essa intenção ou necessidade. Por comunicação escrita datada de 3 de junho último, a União de Freguesias de Atões e Rendufe vem informar que o projeto foi elaborado pelos serviços técnicos desta Câmara Municipal, ficando, deste modo, acautelada a eventual necessidade de construção do referido equipamento desportivo, e que todas as áreas envolventes ao ringue serão alvo de requalificação conforme consta do projeto. Assim, submete-se à consideração superior a cedência à União de Freguesias de Atões e Rendufe, do prédio acima identificado, em regime de comodato, nos termos do contrato cuja minuta se junta em anexo. Em caso de aceitação deverá o assunto ser submetido a aprovação da Câmara, conforme disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS - RESERVA DE RECRUTAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: “Na sequência de autorização aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 5 de fevereiro de 2015, foi aberto procedimento concursal para o recrutamento de 40 assistentes operacionais para o exercício de funções nos estabelecimentos de educação e ensino cuja gestão compete ao município, conforme aviso publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 80, de 24 de abril de 2015. Em informação da Divisão de Educação, datada de 03/06/2016, é proposto o recrutamento de



mais 60 assistentes operacionais, quer para assegurar as atividades de prolongamento de horário antes e após a atividade educativa e a vigilância e acompanhamento das crianças no período de almoço, quer para assegurar o funcionamento regular dos estabelecimentos e o desenvolvimento de atividades complementares da ação educativa, devido ao elevado número de profissionais que, por aposentação, reforma ou denúncia, têm cessado o seu vínculo com a autarquia. O mapa de pessoal vigente prevê os postos de trabalho necessários e a despesa com a contratação tem cabimento orçamental, no cabimento anual (n.º 152/2016) e no cabimento n.º 3952/2016. Considerando que, com a homologação da lista de ordenação final do procedimento em curso, resultará um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho que se previa inicialmente ocupar, propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Câmara Municipal autorize o recrutamento, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de mais 60 assistentes operacionais, com o âmbito e para as funções descritas.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores PSD-CDS são favoráveis, tal como já manifestado em votações precedentes designadamente relacionadas com os procedimentos de concurso público, ao recrutamento de assistentes operacionais para o exercício de funções nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Guimarães. Inclusivamente foi referida, pela vereadora Helena Soeiro, a insuficiência do número previsto face

às necessidades dos estabelecimentos de ensino (o concurso público foi aberto para 40 assistentes operacionais sendo o número de pessoas afetas a estas funções significativamente superior), Razão pela qual está prevista uma reserva de recrutamento de 60 assistentes operacionais. Duas questões importam recordar neste processo: Em primeiro lugar, o contributo dado pelos vereadores subscritores em face da preocupação que manifestaram com a circunstância de, com este processo de recrutamento, poderem vir a ser substituídos os funcionários contratados pelas Juntas de Freguesia e/ou Associações de Pais que atualmente desempenham estas funções. Intervieram prontamente no sentido de que a Autarquia valorasse positivamente, nas condições do concurso público, as seguintes circunstâncias: 1. Experiência na função; 2. Não exigência da escolaridade obrigatória (12º ano de escolaridade) na medida em que tal circunstância afastaria muitas das trabalhadoras que se encontram hoje a desempenhar essas funções. Estas preocupações foram aceites pela Câmara de Guimarães tendo-se feito constar estas preocupações nas regras do concurso público. Em segundo lugar, que perante a preocupação sempre manifestada pelos vereadores PSD-CDS de que: 1. As entidades patronais dos trabalhadores que não vierem a ser seleccionados – Juntas de Freguesia e/ou Associações de Pais – assumiram uma função que é do Município por delegação de competência; 2. Que se trata de entidades com poucos recursos financeiros; e 3. Que os direitos dos trabalhadores contratados para o exercício de funções de acompanhamento das crianças no período de almoço e no desenvolvimento de atividades de prolongamento de horário não podem ser prejudicados pela situação de eventual fragilidade económico-financeira das entidades que os contrataram; Em 26 de Maio de 2015,



apresentaram os vereadores subscritores uma proposta de deliberação para que: *"A Câmara Municipal de Guimarães assuma os encargos financeiros inerentes ao pagamento dos direitos laborais dos funcionários contratados pelas Juntas de Freguesia e/ou Associações de Pais que não forem selecionados através do procedimento concursal para recrutamento de assistentes operacionais e que atualmente exercem funções de acompanhamento das crianças no período de almoço e no desenvolvimento de atividades de prolongamento de horário"*. Esta proposta foi rejeitada pelos votos contra dos vereadores do PS. Agora que nos encontramos já na fase de recrutamento, em que se torna mais claro os despedimentos que poderão ter que ocorrer, faz acrescido sentido esta proposta. Por uma questão de justiça. Por uma questão de salvaguarda dos direitos. Por uma questão de respeito institucional por aqueles a quem o Município delegou competências. Porque não é justo nem correto que faça essas entidades ter que suportar os créditos laborais eventualmente devidos ou que, perante a impossibilidade dessas entidades em fazê-lo, aos trabalhadores não seja dada a possibilidade de receber os direitos que a lei lhes atribui. Quando na realidade, eles são contratados para exercer funções que competem ao Município, só não são contratados por este, porque este delegou essa faculdade noutras entidades. Esta circunstância não pode influir no sentido de voto. Que tem que ser favorável porque ele se dirige, na essência formal, ao recrutamento que nos compete analisar. Mas justifica esta declaração de voto, que explica o que está para além deste voto favorável, que explica o que este assunto carrega do ponto de vista político, para além daquilo que hoje nos é dado analisar." ----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - PROPOSTA DE REVISÃO DO PPI 2013-2017 E PROPOSTA DE APROVAÇÃO**

**DO PI PARA 2018** - Presente um ofício da VIMÁGUA remetendo, para apreciação e votação da Câmara Municipal, nos termos do Contrato de Gestão, a Proposta de Revisão do PPI 2013-2017 - Anexo II do Contrato de Gestão e Proposta de aprovação do PI para 2018, aprovadas em Assembleia Geral realizada no passado dia 6 de julho, que se anexa. As referidas propostas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo o Vice-Presidente da Câmara assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----**

**AMBIENTE – ATRIBUIÇÃO DE LEITORES DE MICROCHIPS PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANIMAIS** – Presente a seguinte proposta: “O Centro de Recolha Oficial de animais está em constante evolução, no sentido de agilizar os meios necessários para que animais domésticos abandonados, feridos ou acidentados na via pública, possam receber auxílio durante 24 horas, nomeadamente com o alargamento do período de assistência veterinária. Neste sentido a Câmara Municipal de Guimarães pretende reforçar os mecanismos de proteção animal através da atribuição de 5 leitores de *microchips* de identificação de animais, a todas as autoridades de vigilância, socorro e salvamento, designadamente à Polícia Municipal, à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana (SEPNA), aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, aos Bombeiros Voluntários das Taipas, para além de reforçar o Serviço Municipal de Veterinária. O envolvimento e o alargamento a estas entidades, através dos equipamentos supramencionados, irão facultar uma melhor e maior



facilidade na identificação e consequentemente o encaminhamento adequado. As medidas implementadas vão de encontro a um reforço por parte da autarquia na proteção e defesa dos direitos do animal, tendo presente a salvaguardar a saúde pública. Finalmente, informa-se que o valor total dos 5 leitores de *microchips* de identificação de animais é de €1.167,80 (€233,56/unidade) + IVA (23%).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - APOIO À CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MIT PORTUGAL** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Programa de Parceria Internacional MIT Portugal, inserida na Escola de Engenharia da Universidade do Minho e considerando a área focal de Engenharia de Conceção e Manufatura Avançada (EDAM), vai ter lugar uma conferência internacional intitulada “Guimarães Green Urban DesignDay”, no dia 12 de Setembro de 2016, no Campus de Azurém, em Guimarães. Trata-se de uma atividade que pretende que os participantes visionem e idealizem propostas de soluções para problemas da cidade e da região, na área da Mobilidade Urbana. Neste sentido, propõe-se a atribuição de um apoio no valor de €1.200,00 (mil e duzentos euros) ao MIT Portugal Program EDAM Coordination Office, a fim de apoiar a Conferência “Guimarães Green Urban DesignDay”, considerando o objetivo de propor soluções que promovam e melhorem a mobilidade sustentável na cidade de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS E ÂMBITO DO DECRETO-LEI 199/15 – GUIMÁGUA – PISCINAS E EQUIPAMENTOS, LDA** - Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma

proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa "**Guimágua – Piscinas e Equipamentos, Lda**", para efeitos e no âmbito do Decreto-Lei 199/15, que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Dos considerandos apresentados na fundamentação da proposta do ***pedido de emissão de declaração de utilidade pública*** é dito que a intervenção *potencia a requalificação urbanística e ambiental de um terreno marginal a uma via de grande tráfego favorecendo a melhoria visual e paisagística desta área*, isto é, reconhece-se, tacitamente, que as intervenções urbanísticas à margem desta importante via municipal contribuem para a sua *requalificação urbanística e ambiental*. Situação que lamentavelmente não foi tida em conta aquando da última revisão do PDM há aproximadamente um ano, *desafetando a envolvente desta via*, a mais importante artéria do território municipal. Ora sendo certo que o município não pode deixar de acarinhar e apoiar iniciativas empresariais que promovam a criação de emprego e o desenvolvimento económico e social do concelho, e que a atividade e a empresa em causa se apresentam relevantes à escala municipal. Também, por outro lado, se sabe ser uma inevitabilidade a transformação da via *Cidade-Taipas numa moderna artéria digna de um município como Guimarães*. E que a parcela de terreno em causa se situa à margem da dita via e do futuro nó de ligação à Via de acesso ao Avepark. E que por essa mesma razão a intervenção não poderá deixar de salvaguardar



estas referidas intervenções futuras. Tendo assim presente as considerações antes apresentadas, e ficado assegurado pelo snr. Presidente da Câmara que serão salvaguardadas as condições para a concretização desse projecto vital na **promoção da coesão concelhia**, que é a referida via Cidade – Taipas, os vereadores do PSD/CDS, votam favoravelmente a aprovação da pretensão da requerente.” -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI 165/14 – TECELAGEM JORGE TÊXTEIS LDA -**

Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa “**Tecelagem Jorge Têxteis, Lda**”, para efeitos de regularização de construção ao abrigo do Decreto-Lei 165/14, que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS E ÂMBITO DO DECRETO-LEI 165/14 – AMORIM LDA -**

Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa “**Amorim, Lda**”, para efeitos e âmbito do Decreto-Lei 165/14, que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE**

**INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS E ÂMBITO DO  
REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ARTIGO  
29 – MODERNOFRIO – EQUIPAMENTOS HOTELEIROS, LDA -**

Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta para emissão de certidão de interesse público para a empresa “Modernofrio – Equipamentos Hoteleiros, Lda”, para efeitos e âmbito do Regulamento do Plano Diretor Municipal, art.º 29.º, que se junta em anexo. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**TURISMO - CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE  
EXPLORAÇÃO DE CIRCUITO TURÍSTICO, EM AUTOCARRO –  
ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO** –

Presente a seguinte informação: “Por deliberação tomada em sua reunião do passado dia 12 de maio, a Câmara Municipal determinou a abertura de um procedimento tendente à atribuição de uma licença de exploração de circuito turístico em autocarro, na cidade de Guimarães. O procedimento foi acompanhado pelo júri do concurso que, após avaliação dos elementos constantes da única candidatura apresentada, a da empresa CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., concluiu que ela se encontrava em conformidade, podendo ser-lhe adjudicada a licença e emitido o correspondente alvará, conforme ata do júri que se anexa (**doc. 1**). Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal delibere adjudicar à empresa CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. a licença para a exploração de circuito turístico em autocarro, na cidade de Guimarães.” A ata do júri dá-se aqui por reproduzida e



fica arquivada em pasta anexa o livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB - ANO LETIVO 2016/2017** – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, desde a criação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico que o Município de Guimarães tem vindo, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, a promover o desenvolvimento das atividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, assumindo, com a celebração do Contrato de Execução como Ministério da Educação, competências e atribuições na implementação daquele Programa, nomeadamente ao nível do recrutamento de docentes e técnicos. Nos termos do artigo 21.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, que define os termos a observar na formalização do processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério da Educação, torna-se necessário que a Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, estabeleça Acordos com os Agrupamentos de Escolas onde identifique: as atividades de enriquecimento curricular; a duração semanal; o local ou locais de funcionamento de cada atividade; as responsabilidades e competências de cada uma das partes; o número de alunos em cada atividade; os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades. Perante o exposto, e em face das necessidades de recrutamento de docentes e técnicos apresentadas pelos Agrupamentos de Escolas, propomos, a fim de ser preparado o processo de candidatura aos apoios financeiros

concedidos pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 3.º do Anexo ao despacho acima mencionado, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas, conforme minuta em anexo.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em coerência com a posição que reiteradamente temos assumido, não podemos ser favoráveis à celebração de protocolos com os Agrupamentos Escolares no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico – Ano Letivo 2016/2017, uma vez que a mesma se insere num modelo oposto àquele que defendemos. Talqualmente fizemos recentemente, na reunião de 07.07.2016, relativamente à proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico. No entanto, estando cientes da intenção de que este modelo continue em vigor no próximo ano letivo, não nos podemos manifestar contra a celebração de tais protocolos, uma vez que os mesmos são imprescindíveis ao funcionamento destas atividades nos moldes em que serão promovidas e que compete à Câmara Municipal definir. Neste enquadramento, e sempre na expectativa da proteção e salvaguarda do superior interesse dos nossos alunos, mantendo não obstante a firmeza das nossas posições e opções políticas, abstenho-nos na votação deste ponto da agenda. -----

**EDUCAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - 3º ENCONTRO NACIONAL DE CONTOS INDÍGENAS – RATIFICAÇÃO** – Presente para ratificação o



despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de julho de 2016, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: "No âmbito do Programa Jovens Clubes de Arqueologia vai decorrer em Briteiros – Guimarães, entre os dias 15 e 17 de julho, o 3.º Encontro Nacional de Contos Indígenas. Esta iniciativa contará com o apoio, entre outros, do Agrupamento de Escolas de Briteiros, que cederá as instalações da escola sede para acantonamento dos cerca de 50 jovens que integrarão o Encontro, e da Câmara Municipal, a quem cabe assegurar o fornecimento de refeições durante aquele período. Nesse sentido, e de acordo com a programação de atividades, haverá necessidade de assegurar: 6.ª feira, dia 15: almoço e jantar; sábado, dia 16: pequeno-almoço e almoço; domingo, dia 17: pequeno-almoço e almoço. Assim, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso para a aquisição do serviço de fornecimento de refeições, conforme condições em anexo, comum custo estimado em €915,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA 3 PESSOAS CARENCIADAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

– Presente a seguinte informação: "A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio financeiro convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes em freguesias de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para o Centro de Reabilitação da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente (APPACDM). Este ano, três munícipes apresentaram novas candidaturas a este apoio para o ano letivo de

2016-2017, alegando a sua situação de precariedade económica, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos cujos resultados a seguir se apresentam:

N.º Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
209649070/16	Tabuadelo	42	M	€223,46	96%
207456240/16	Pinheiro	42	M	€276,46	100%
219958300/16	Urgeses	38	M	€89,67	100%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), para que se possam deslocar das suas casas para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar, Braga, de setembro de 2016 a agosto de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ATRIBUIÇÃO DE UM TROFÉU PARA AS FESTAS GUALTERIANAS** – Presente a seguinte proposta: “A exemplo dos anos anteriores, no primeiro fim de semana de agosto decorre o Concurso de Gado Bovino das Festas Gualterianas, número impar deste evento cultural de projeção Nacional, que reúne anualmente na nossa Cidade, centenas de produtores de gado da região Norte. Neste sentido, proponho a atribuição de um troféu do Município, para o Concurso de Gado Bovino, das Festas Gualterianas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**CULTURA – FESTIVAL CONTOS INDÍGENAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Museu Nacional de Arqueologia solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes no 3º Encontro Nacional de Contos Indígenas, que se realiza em Guimarães nos dias 15, 16 e 17 de julho. Assim, considerando que se trata da realização de um encontro de relevante interesse histórico e pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 06 de julho de 2016, deferi o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA E DO CASTELO DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães propõe-se realizar uma série de atividades educativas e performativas, destinadas aos vários públicos, durante os meses de agosto a outubro de 2016, solicitando para o efeito a atribuição de um subsídio extraordinário, no valor de €1.500,00. Atendendo ao interesse pedagógico e cultural da iniciativa e a parceria já existente, proponho, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, à referida Associação, de um subsídio de €1.500,00, destinado a compartilhar nos custos da organização das atividades educativas e performativas a decorrer nos meses de agosto a outubro de

2016.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CONTEXTILE 2016 – PRÉMIO DE AQUISIÇÃO –**

Presente a seguinte proposta: “A Contextile – Bienal de Arte Têxtil Contemporânea está de regresso, para a sua 3ª edição. Caso único em Portugal e na Península Ibérica, a Contextile 2016 voltará a ocupar muitos dos principais espaços culturais da cidade de Guimarães, entre 30 de julho e 16 de outubro de 2016, contando com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães e da DGartés – Direção Geral das Artes, entre outros. Nas duas primeiras edições convocaram-se os artistas, portugueses e estrangeiros, a olharem para a criação artística contemporânea, a partir do têxtil. O acolhimento da bienal pelos vimaranenses, a grande adesão de diferentes públicos e, em particular, a participação criativa e entusiasta da comunidade artística legitima a realização de mais uma edição da Contextile, contribuindo afirmativamente para a visibilidade da arte têxtil contemporânea. A Contextile 2016 contará na sua programação com as seguintes atividades: Exposição Internacional (competitiva), Residências Artísticas, Artistas Convidados, Exposição “Saudade”, Exposição “A Textile Memory: The Lausanne Biennials”, Exposição “Emergências”: educação e criação artística têxtil, Exposição Satélite, Intervenções Públicas, Workshops, TextileTalks/conversas temáticas e a Conferência Internacional “Que lugar é este?”. A Exposição Internacional será uma exposição inédita de arte têxtil contemporânea que integra 54 obras, de 51 artistas, selecionadas entre 732 propostas (544 artistas) por um júri internacional composto por Lala de Dios (artista têxtil, presidente ETN), Cláudia Melo (artista, programadora, convidada Contextile), Lívia Papai (artista, curadora), Paula Sá (diretora galeria) e Paulo Leocádio (artista e Diretor da ESAG). Um retrato da criação de arte têxtil



contemporânea no panorama artístico nacional e internacional, com obras provenientes de artistas dos quatro cantos do mundo, de países como Japão, Taiwan, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Polónia, Inglaterra, Portugal, entre outros. O Júri da bienal atribui um Prémio de Aquisição, no montante de €4.000,00, e menções honrosas, na inauguração da Bienal. Atendendo ao impacto da realização desta exposição competitiva em Guimarães, ao prestígio que a organização já atingiu e à qualidade das obras selecionadas, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães assegure o montante necessário à atribuição do Prémio Aquisição, mediante o qual a Câmara Municipal ficará na posse da obra que o alcançar, através da atribuição de um subsídio de €4.000,00 à entidade organizadora da Contextile 2016 – Ideias Emergentes, CRL.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - CONVÍVIO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – SUBSÍDIO PARA OBRAS DE RAIZ** – Presente a

seguinte proposta: “Agente preponderante para a vida cultural de Guimarães, o Convívio Associação Cultural e Recreativa utiliza a sua sede social para o desenvolvimento de muitas das iniciativas que promove, ao mesmo tempo que sempre manifesta disponibilidade para a sua cedência gratuita a outras entidades para promoção das respetivas iniciativas. Sucede que, com o correr dos anos, o edifício sede apresenta sinais de degradação reveladores de urgente necessidade de intervenção, mormente com o objetivo de reparar deficiências que se prendem com a segurança dos seus frequentadores ou com a rentabilização de alguns espaços menos aproveitados, com a introdução de algumas condições de conforto. Assim, a Direção do Convívio propõe-se realizar algumas obras consideradas urgentes ao nível da segurança da estrutura do edifício e da instalação elétrica dos

vários andares, bem como obras de adaptação e melhoramentos na iluminação e cobertura do espaço exterior, visando o seu melhor aproveitamento ao longo de todo o ano, orçando tais intervenções num total próximo dos €8.500,00, montante que a entidade não tem capacidade para, por si só, assegurar. Assim, considerando o inequívoco interesse público de que se reveste a atividade desenvolvida pelo Convívio, a disponibilidade da respetiva Direção para a cedência gratuita da sua sede a outras entidades do Concelho e, finalmente, a necessidade de dotar a referida sede de condições que garantam segurança e conforto aos seus frequentadores, proponho a atribuição, ao Convívio Associação Cultural e Recreativa, de um subsídio de €5.000,00 destinado a comparticipar nos custos de realização de intervenções de reparação ou melhoramento do seu edifício sede. A ser aprovado, este subsídio será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - GRUPO DE BOMBOS DE SANTA MARIA DE GÉMEOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Vem o Grupo de Bombos de Santa Maria de Gémeos solicitar a atribuição de um subsídio que permita à respetiva Direção fazer face aos encargos com licenças, resultantes da realização de mais uma edição do seu Encontro de Bombos, que teve lugar no passado dia 10 de julho. Deste modo, atento o interesse de que se reveste a realização daquela iniciativa, proponho a atribuição, ao Grupo de Bombos de Santa Maria de Gémeos de um subsídio no montante de €500,00, destinado a comparticipar nos custos de licenciamento do Encontro de Bombos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – SOCIEDADE MARTINS SARMENTO –**



**FINANCIAMENTO ANUAL – PROTOCOLO** – Presente a seguinte proposta: “Desde 1882, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) tem acordada com o Município de Guimarães (MG) prestações de diverso conteúdo nas áreas da cultura, instrução e ciência destinados à população em geral e, particularmente, aos estudantes e investigadores. O interesse e relevância dessas prestações são sistematicamente reconhecidos e como tal objeto de sucessivos contratos e protocolos, revistos e renovados, o primeiro dos quais, datado de 1 de junho de 1882 (pouco mais de seis meses após a ata fundadora da instituição, em 22 de novembro de 1881) versando a criação de uma “Biblioteca Municipal e Popular”. Esta relação umbilical entre a SMS e o MG radica-se, desde logo, nas disposições testamentárias de Francisco Martins Sarmento que legam ao Município a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso, e à SMS a gestão destes bens. A SMS foi, entretanto, consagrada como Instituição de Utilidade Pública e objeto das mais elevadas distinções e condecorações ao nível nacional e municipal. Pelo presente protocolo, procede-se à atualização dos instrumentos de cooperação regular entre o MG e a SMS. A SMS é uma instituição de natureza associativa e direito privado mas visa estatutariamente, como sempre desde a sua fundação, a conservação e valorização dos bens científicos e culturais em geral e contribuir para a instrução, promoção cultural e científica e o progresso das populações, privilegiando, em especial através dos meios, património e acervos que tem à sua guarda e responsabilidade, a investigação científica, nomeadamente nas áreas da História, em geral, Arqueologia e Etnografia. O MG reconhece a importância e interesse público dos fins estatutários e da atividade que a SMS, regular e intensamente sempre tem mantido e continua a manter e reconhece também que

tais fins e atividade, observando os elevados níveis de exigência e qualidade que sempre revestem, devem continuar a ser apoiados de forma regular e adequada por meios públicos, financeiros e outros. Deste modo, nos termos da alínea t), do nº 1, do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a aprovação da minuta do protocolo em anexo, com o qual se estabelecem as responsabilidades das partes em matéria de financiamento, serviços a prestar à comunidade e outras obrigações conexas. Refira-se que, em 4 de fevereiro último, o Município deliberou atribuir à Sociedade Martins Sarmento um subsídio no montante de €60.000,00, razão pela qual a aprovação da presente proposta e da minuta que lhe é anexa apenas implicará, no corrente ano de 2016, o pagamento do remanescente do montante anual de €110.000,00, ou seja, €50.000,00. Com a aprovação do protocolo cuja minuta se propõe são revogados todos os anteriores instrumentos de acordo bilateral celebrados entre o MG e a SMS na parte que respeita a prestações regulares. Ficam expressamente ressalvadas quaisquer outras matérias contempladas nesses instrumentos, designadamente aquelas que dizem respeito à conservação e reabilitação do Palacete do Largo do Carmo, em Guimarães, propriedade da SMS e que foi residência do seu patrono, as quais não são objeto do presente protocolo.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da entidade. -----**

**DESPORTO - ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DESPORTO 2016** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da



Gala do Desporto de 2016 e na sequência da aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva em reunião de Câmara de 4 de março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de abril de 2010, com as alterações introduzidas pela reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2011 e na Assembleia Municipal de 11 de março de 2011, venho informar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: Jovem Revelação Masculino – **Manuel Lima** – atleta de Andebol do Clube Xico Andebol; Jovem Revelação Feminina – **Matilde Jorge** – atleta de Ténis do Clube de Ténis de Guimarães; Atleta do Ano Masculino – **Pedro Fernandes** – atleta de Natação do VSC; Atleta do Ano Feminina – **Flávia Ribeiro** – atleta de Karaté do Aquabrito; Atleta de Desporto Adaptado – **Patrícia Oliveira** – atleta de Judo adaptado do VSC/CERCIGUI. Assim, propõe-se que o Município de Guimarães ratifique as deliberações tomadas pela Comissão de Avaliação da Gala do Desporto e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios num total de 11.000€, divididos da seguinte forma: 10 mensalidades de setembro de 2016 a junho de 2017 – atleta do ano 2500 euros cada, atleta jovem revelação e desporto adaptado 2000 euros cada.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO DE ÓCULOS** – Presente a seguinte informação: “De acordo com a informação prestada pela chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos através de correio eletrónico, em 26/04/2016, o assistente técnico José Manuel Costa, colaborador daqueles serviços, sofreu um dano nos seus óculos quando, no dia 9 de novembro de 2015, colaborava em mudanças de postos de trabalho a que estavam a proceder. O trabalhador esclarece, no

seu relato, que a calha de suporte de cabos da secretária soltou-se e embateu nos óculos, provocando um arranhão significativo na lente esquerda, dificultando a visão. Este tipo de danos não se encontra abrangido pelo regime de reparação de acidentes de trabalho. Contudo, resultando o dano do exercício das suas funções, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a atribuição ao trabalhador de um valor compensatório correspondente ao orçamento apresentado, no valor total de €130,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**  
**PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**